

O “novo” ensino noturno

De todas as grandes carências que afligem o processo educacional brasileiro, as maiores serão talvez as deficiências pedagógicas e materiais que cercam os cursos noturnos. Elas são visíveis em todos os graus de ensino, sempre com o mesmo perfil: a clientela atendida trabalha, frequenta a escola fisicamente esgotada, desestimulando ademais o corpo docente e ficando em consequência os resultados sempre muito aquém do exigido. Se cuidar do ensino noturno nunca foi uma prioridade, o problema acabou por assumir proporções que levaram a Secretaria da Educação de São Paulo a imaginar uma proposta tendente à reformulação total desse ensino, com uma diminuição da jornada diária, com o conteúdo curricular distribuído em módulos bimestrais com férias intercaladas, ocorrendo obrigatoriamente uma extensão do ano letivo.

A solução é eminentemente técnica e parte do princípio de que o aluno do curso noturno apresenta características diferentes — conforme acredita o secretário Estevam Martins —, exigindo, portanto, uma *escola* diferente. Se a aparência técnica do problema indica tranqüilamente essa solução, o sentido maior do que seja uma escola, em especial uma escola pública, envolve preocupações muito maiores.

Um antigo integrante do Conselho Federal de Educação criou uma expressão inesquecível para analisar um tipo determinado de perspectiva educacional: “A escola dos nossos filhos e a escola dos filhos dos outros.” A clientela da escola noturna luta com dificuldades específicas, notórias, produto do seu conhecido perfil, que exigem educadores e uma política educacional interessados em superá-las e não em estigmatizá-los. Não há distinção imunizadora pela luz do Sol na escola pública: o mesmo professor indignamente remunerado, com carências de formação profissional de toda ordem, educa pré ou pós o entardecer. O mesmo prédio, com vidros quebrados, funciona antes ou

depois da hora do jantar. Em que argumentos se sustentarão as diferenças para os que vão estudar e trabalhar à noite? Ou, oficialmente, criou-se o professor de “segunda classe” que atende a alunos da escola diferente, que funciona só à noite?

O que não se pode esconder é que os motivos básicos da falência do ensino noturno são os mesmos do diurno, evidentemente. Em São Paulo, por exemplo, ao longo dos anos da gestão Quéricia o “esquecimento” orçamentário da Educação não respeitou a luz solar, cortando a verba destinada à escola pública de dia ou de noite. Quando o ex-secretário Wagner Rossi aprovou por decreto, no final de 1989, 1.800 estudantes concluintes do segundo grau que não tiveram aulas porque não havia professores não fez também nenhuma distinção entre o noturno ou o diurno em seu ato. Por outro lado, é importante notar que a clientela que procura o ensino noturno é muito maior no segundo grau, representando 70% do total atendido pelo ensino público nesse nível. Como se sentirá esse jovem, no limiar de essenciais definições de vida, se identificar “demais” na escola pública repleta de carências que frequenta uma escola de “segunda classe”?

Há poucos meses, nas ruas de Paris, houve uma boa demonstração do que pode acontecer com o quase-adulto que se sente tratado como um cidadão que vale menos, sendo por isso atendido numa escola diferente, que o isola da ascensão social por todos pretendida.

